

Prefeitos discutem perda de repasses dos royalties

*Petrobras
Abramt*

Queda se deve a municípios que, na teoria, não têm direito aos repasses da Petrobras

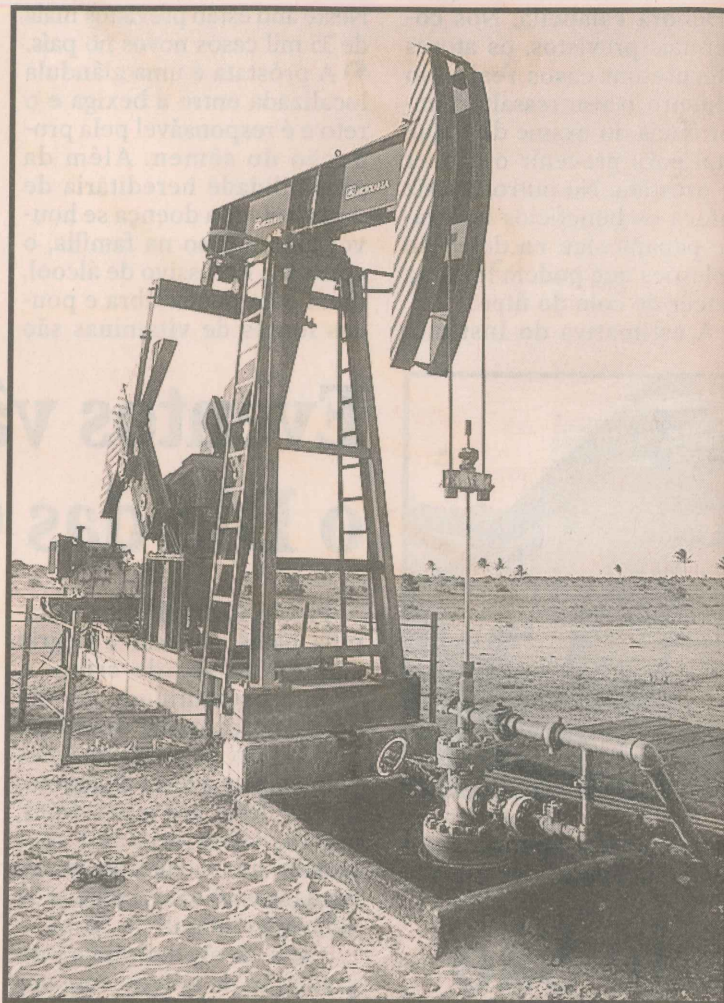
ZENILTON CUSTÓDIO

Linhares - Sucursal - Os prefeitos que pertencem à Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos e Fluviais de Petróleo e Gás Natural (Abramt) vão se reunir sexta-feira, em Linhares, para discutir, entre outros assuntos, a decisão de se mover uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta é evitar que municípios que recebam os royalties do petróleo, indevidamente, voltem a se beneficiar dos repasses por meio de liminares, concedidas pela Justiça. A reunião acontece após a Petrobras ter descoberto a maior jazida de gás natural do Brasil, na Bacia de Santos (SP), na altura da cidade de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo.

A lei 7.990 da Agência Nacional do Petróleo (ANP) estabelecia anteriormente que apenas as cidades que possuem estrutura de operação, embarque e desembarque de petróleo (terminais marítimos e fluviais) tinham direito aos royalties.

Mas, de acordo com o presidente da Abramt, Paulo Julião,



Chico Guedes/Arquivo

Ação

A participação da cidade de onde são extraídos os recursos naturais caiu de 60% para 40%

uma má interpretação da lei acabou beneficiando mais de 150 municípios. Ao menos sete deles conseguiram obter liminares, que garantiram os repasses retidos anteriormente.

O assessor técnico da Abramt, José Roberto Toloi, discutirá com os prefeitos quais os municípios estão sendo prejudicados com a concessão dessas liminares.

“Vamos saber quais as cidades estão registrando queda nos valores dos repasses e em quanto está sendo o prejuízo”, destaca o assessor da Abramt, Ragmar Corga.

Os prefeitos pretendem se organizar para manter os recursos e não dividir o “bolo”. O prefeito de Tramandaí (RS), Edgar Rapaki, afirma que cada município está perdendo em média R\$ 200 mil.

Ainda na reunião que será realizada em Linhares, os prefeitos pretendem viabilizar um estudo técnico, a ser encaminhado à Agência Nacional de Petróleo (ANP). Eles querem modificar a Portaria 29, que prevê repasses a municípios vizinhos às cidades que têm terminais. O técnico Décio Hamilton Barbosa ministrará uma palestra sobre o assunto.

A ofensiva dos chefes do Executivo tem por objetivo encontrar uma solução para a Portaria 29. Desde o ano passado, a ANP diminuiu o percentual do município onde se localiza a estrutura de operação, passando de 60% para 40% e excluiu o limite de 10km de distância. Com isso, muitas cidades vizinhas passaram a receber os repasses.

Os prefeitos vão discutir os desdobramentos da descoberta da maior reserva de gás natural do país, na Bacia de Santos (SP). A área poderá triplicar as reservas brasileiras, passando dos atuais 200 bilhões para 600 milhões de metros cúbicos.